

RÉPLICA

REPLY

O problema de sermos intelectuais-governantes

Antes de mais nada, agradecer o cuidado e a qualidade com que os debatedores produziram seus textos em diálogo com o “trabalhador moral”. Senti-me muito honrado. Tentarei ater-me a alguns pontos que me parecem essenciais. Gostei muito da idéia de “trabalhador ético” que a Maria Elizabeth Barros propõe, utilizando-se de formulações de Rolnik, sobre o homem da moral e o homem da ética, que eu não conhecia. Encontro ressonâncias entre essas formulações e minhas preocupações. Do Ricardo Ceccim, ressalto a *“escuta pedagógica em saúde”* e a idéia que ele desenvolve de que o *“dever da educação está vivo na noção de educação permanente em saúde”*. Tenho caminhado por aí nos últimos anos e é exatamente esta prática de estabelecer uma atenção à organização de saúde, *“não para tomá-la em seu ‘o que é/como está’ ou ‘o que deve/ como deve ser/estar’, mas ao que pede atualização, processo de mudança, emergência de saberes e fazeres novos, construção pedagógica”*.

O que vi de comum nos três textos, é que todos eles reiteram a preocupação com o Governar (com o G maiúsculo de Matus, para os atores em cargo dirigente na máquina governamental). O Ceccim, quando explicitamente diz que eu não intensifico no meu texto o problema do *“papel da intervenção organizacional em situação de governo”*. A Elizabeth, utilizando-se de Clot, ressalta que é *“necessária a formalização de regras escritas e não escritas para os que trabalham não sejam deixados a si mesmos numa situação em que eles se degradem. Precisamos do prescrito, pois a organização é necessária para toda atividade humana”*. Gastão assume uma preocupação hobbesiana ao afirmar, quase no mesmo sentido, *“A formação de compromisso e de contrato evita a guerra de todos contra todos e assegura a possibilidade de convivência e de se trabalhar em prol de algum propósito”*. Reconheço, também que, quando eu mesmo afirmei no texto em debate, que era preciso *“ter cuidado com um laissez-faire inseqüente”*, me juntei às preocupações dos debatedores. Pronto! Estamos todos no mesmo barco. E que barco é esse? O barco de intelectuais que têm feito suas reflexões e orientado seus estudos e pesquisas de um lugar de governo (ocupando algum cargo, fazendo consultorias etc.). Não conheço o currículo da Elizabeth, mas falo por mim, pelo Ricardo e pelo Gastão! Temos tido pouco cuidado ou dificuldade em reconhecer, nas nossas produções, as implicações de sermos intelectuais/governantes.

Estou consciente de que o artigo sobre o “trabalhador moral” é um texto inacabado, problemático, mas tentei, por meio dele, manifestar um incômodo que minha prática de supervisão institucional, nos últimos anos, tem me trazido. O acompanhamento que faço do funcionamento de colegiados e outros mecanismos de co-gestão, em organizações que os adotaram, me deixa convencido de que as expectativas que temos posto sobre tais dispositivos, como Gastão Campos aponta, não se cumprem. O “apoio Paidéia”, que seria o outro eixo da co-gestão, *“objetivando a co-constituição de trabalhadores com capacidade para articular os próprios valores e interesses com a racionalidade dos outros, do coletivo e das organizações”*, pode ser um poderoso instrumento de heteronomia quando “operado pelo governante” e nos tem colocado novos e mais complexos problemas, entre os quais o fato do “apoio” vir “misturado” com as outras seis funções gerenciais, quando o “apoiador” ocupa um lugar na hierarquia formal de autoridade da organização. Temos colocado uma excessiva expectativa sobre a potencialidade da co-gestão conseguir realizar a complexa e almejada (pelo governante) compatibilização dos interesses individuais, fragmentados, centrífugos, “mesquinhos” e a tão desejada

racionalidade organizacional. Por mais justa que seja a nossa causa! Acho, também, que temos tido um “déficit teórico” para pensar os colegiados. Rapidamente, aponto três pontos para futuros debates: a) utilizamos uma concepção de poder insuficiente, pois ela não dá conta de todas as dimensões do poder existentes nas organizações (Uma concepção de inspiração arendtiana, mas com fortes tinturas parsonianas quando governamos e deslocamos a idéia de “consenso” para o de “cooperação”, pois o tempo do “nosso” projeto político assim o exige. E nos impacientamos com os “trabalhadores reais”!); b) subestimamos o peso das instituições, como definidas pelos institucionalistas, na vida das organizações de saúde, em particular a Instituição Médica e seu poder de reprodução; c) Não temos nos ocupado em aprofundar uma teoria da ação que dê conta da margem de liberdade e criação que os atores institucionais preservam, apesar de todas as “sobre-determinações”. Campos aponta bem isso nos seus textos, mas não temos radicalizado sua utilização como instrumento conceitual importante de análise e intervenção sobre a “dobra” autonomia/controle, na minha opinião o território nuclear da gestão em saúde.

Os atores institucionais, quase sempre, permanecem como um idealizado “trabalhador moral” que, quando se nos apresentam com os seus reais interesses e protagonismos, mostrando “sua cara”, não “entendendo o nosso projeto”, nós, os intelectuais-governantes, aristotelicamente nos vemos compelidos a “incutir-lhes bons hábitos”. Substitua-se “bons hábitos” por “conceitos” e fica esclarecido o sentido que quis dar ao “trabalhador moral” no texto. A sétima função gerencial poderia ser, como aponta o Ceccim, “a escuta pedagógica em saúde”? Pode ser que sim. Mas isso nos levanta outras tantas questões, que o espaço do texto não me permite sequer apontar.

Recebido em 06/07/07. Aprovado em 10/07/07.